

# EDUCAÇÃO FÍSICA E O PROCESSO DE INCLUSÃO EDUCACIONAL: UM PLANO DE AULA

SANCHES, Jayme Ferreira<sup>1</sup>

PIMENTA, Silvia Barbosa<sup>2</sup>

## RESUMO

Entendendo a educação como direito de todos, este trabalho apresenta a Educação Física como disciplina que pode contribuir com a Inclusão Educacional. O desenvolvimento de atividades que possibilitem a interação entre os alunos e possam favorecer a aprendizagem de todas as crianças, sem nenhuma distinção, dando maior autonomia e aprendizagem de forma prazerosa. A escola, comprometida com as mudanças da contemporaneidade e também com a transformação de uma sociedade discriminatória e injusta para uma igualitária onde a cidadania atinja seu sentido mais efetivo, que é o conhecimento das diversidades e o respeito a elas. Os educadores devem buscar no conhecimento formas para planejar os currículos escolares de forma que estes atendam aos anseios sociais. A revisão de literatura permitiu o conhecimento de que o profissional de Educação física deve estar comprometido com o Projeto Político Pedagógico da escola e ajudar na construção de uma escola cidadã e, se a cidadania prevê a participação de todos, a educação física deve atender a todos os alunos, em especial, aqueles que são excluídos do processo de ensino e aprendizagem por necessitarem de atenção especial ou possuírem características físicas, emocionais, psicológicas que as diferenciem das demais. Através do planejamento consciente e da atuação mediadora, o docente pode colaborar com o processo de inclusão de forma efetiva. No desenvolvimento do plano de aula e sua execução percebe-se o fundamento da docência, que é oportunizar o desenvolvimento de habilidades efetivas a todos os alunos.

**Palavras-chave:** Aprendizagem. Educação Física. Inclusão Educacional.

## 1. INTRODUÇÃO

As transformações ocorridas na atualidade, principalmente após o processo de redemocratização no Brasil, têm contribuído significativamente para o reconhecimento e o respeito às diversidades individuais dentro do ambiente escolar. A partir da década de 80 vários estudos e ações apontam para a inclusão e a valorização de alunos portadores de necessidades educativas especiais (OLIVEIRA, 2020).

---

<sup>1</sup>Aluno do Curso de Licenciatura em Educação Física das Faculdades Integradas Regionais de Avaré – FIRA. Artigo apresentado como Trabalho de Conclusão de Curso, no Curso de Licenciatura em Educação Física das Faculdades Integradas Regionais de Avaré – FIRA, 6º semestre – 2023. Email –

<sup>2</sup>Professora Orientadora do Curso de Licenciatura em Educação Física das Faculdades Integradas Regionais de Avaré – FIRA – 2023. Email –

Entendendo a educação como direito de todos, este trabalho apresenta a Educação Física como disciplina que pode contribuir em muito com a Inclusão Educacional. O desenvolvimento de atividades que possibilitem a interação entre os alunos e o desenvolvimento de habilidades que podem favorecer a aprendizagem de crianças portadoras de deficiências, dando maior autonomia e a aprendizagem de forma prazerosa (OLIVEIRA, 2020). A escola deve estar preparada para promover o exercício pleno da socialização. Os educadores devem buscar no conhecimento formas para planejar os currículos escolares de forma que estes atendam aos anseios sociais. O profissional de Educação física deve estar comprometido com o Projeto Político Pedagógico da escola e ajudar na construção de uma escola cidadã.

Dentro deste contexto, surge a indagação: como a educação física pode auxiliar com o processo de inclusão educacional?

O sentimento de pertencer a um grupo proporciona ao indivíduo experimentar a condição de ter um lugar no mundo. Isso pode parecer simples, mas é extremamente relevante para quem sempre foi excluído de qualquer convívio e possibilidades sociais. A prática esportiva, dessa forma, favorece a elevação da autoestima, da autoeficácia, da independência e promove a inclusão social.

Desta forma, sendo a escola o ambiente de exercício de cidadania, nas aulas de Educação Física se podem desenvolver habilidades efetivas e, dentro do contexto dessas habilidades, a solidariedade, o relacionamento interpessoal, a tolerância, etc são primordiais quando tratada do processo de inclusão. Assim, o professor pode se utilizar de estratégias que auxiliem neste processo.

A escola, comprometida com as mudanças da contemporaneidade deve estar também comprometida com a transformação de uma sociedade discriminatória e injusta para uma igualitária onde a cidadania atinja seu sentido mais efetivo, que é o conhecimento das diversidades e das diferenças e o respeito a elas.

O processo de inclusão é um fato. A escola deve estar preparada para promover o exercício pleno da socialização. Os educadores devem buscar no conhecimento formas para planejar os currículos escolares de forma que estes atendam aos anseios sociais. O profissional de Educação física deve estar comprometido com o Projeto Político Pedagógico da escola e ajudar na construção de uma escola cidadã.

Os docentes devem estar preparados para o atendimento de alunos com necessidades educacionais especiais. É necessário que o professor de educação física esteja atento às transformações que sejam necessárias para esse atendimento e busque evitar que seus alunos estejam excluídos das atividades propostas por ele.

A proposta desse trabalho serve de ilustração para um trabalho engajado com o fim da

discriminação fortalecendo o conhecimento das diferenças e valorizando a diversidade como próprio do ser humano. Incluir significa nesse sentido, promover o confronto que ajuda no crescimento individual do ser humano. Desta forma, o objetivo deste trabalho é apresentar a Educação Física Escolar como disciplina importante para o processo de desenvolvimento da Inclusão educacional.

Amparado tecnicamente na análise bibliográfica e na pesquisa qualitativa, buscando referenciais que tratam do processo de inclusão educacional, dos benefícios dos esportes coletivos, principalmente o futsal, que é um esporte muito “bem visto” por alunos, como um jogo coletivo, para elaborar uma atividade de futsal onde se almeje o desenvolvimento de habilidades que possibilitem aos alunos do 6º ano do Ensino Fundamental entender a inclusão social como processo natural onde se respeite as diferenças e se valorize a diversidade.

Este trabalho inicia abordando o processo de inclusão educacional e o ambiente escolar e, principalmente as aulas de educação física, depois apresenta a importância do professor como mediador desse processo devido à intencionalidade própria da docência, o objetivo geral deste trabalho é a prática docente do professor de educação física.

## **2. DESENVOLVIMENTO**

### **2.1 INCLUSÃO EDUCACIONAL**

A proposta de educação inclusiva traz em si a luta para romper com a ideia de inserção apenas física das crianças com deficiência na rede regular, como é vista por grande parte das pessoas. Essa educação inclusiva se contrapõe a todo e qualquer tipo de discriminação, e nessa perspectiva a escola precisa rever todos os seus conceitos, em busca de uma educação que respeite a heterogeneidade. Não é tarefa fácil para uma instituição que se acostumou à padronização, que excluiu de seu espaço qualquer forma de diversidade.

Por educação inclusiva se entende atender a crianças que em menor ou maior grau apresentam suas dificuldades no processo de ensino e aprendizagem. Vencer as barreiras históricas e epistemológicas impostas pela sociedade é um dos maiores obstáculos para uma educação inclusiva.

Segundo Mittler (2015), na década de 1990, aconteceram amplas reformas estruturais e educacionais no país, inspiradas e direcionadas por organismos internacionais, caracterizadas pelo discurso de Educação para Todos (UNESCO), que pressionou o Brasil a estabelecer o paradigma da educação inclusiva, o que trouxe uma mudança radical no panorama do sistema educativo do Brasil, principalmente em relação ao aumento do número de matrícula das crianças com deficiência na rede regular de ensino.

Para Sasaki (2009), o reconhecimento das diferenças humanas como normais e

atentando a uma aprendizagem centrada nas potencialidades do sujeito é o que se espera de uma escola inclusiva, sem a imposição aos alunos de rituais pedagógicos preestabelecidos. Nesse contexto, a legislação brasileira garante indistintamente a todos os direitos a escola, em qualquer nível de ensino, e prevê, além disso, o atendimento especializado à crianças com necessidades educacionais especiais.

Assim, a viabilidade da inclusão dos alunos com necessidades especiais no sistema regular de ensino requer o provimento de condições básicas como reformulação de programas educacionais e formação permanente dos profissionais envolvidos. A ideia central da inclusão, portanto, é uma mudança na forma de entender a pessoa portadora de necessidades especiais, propiciando uma “sociedade para todos” (SASSAKI, 2009).

Para Rodrigues (2004), ao garantirem o direito à educação a todos, esses documentos colocam a importância das instituições adequarem seus espaços, currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específica para atender as necessidades individuais dos alunos.

Sá (2022) entende que a escola deve ser o ponto inicial para as transformações que se espera na sociedade, pois, através de um ensino de qualidade, há a possibilidade de se desenvolver a autonomia do indivíduo na sociedade.

As transformações e exigências do mundo atual requerem **mudanças da escola**, para que a mesma possa oferecer aos seus alunos qualidade de ensino a que têm direito. Assim, para que cada escola possa melhorar seu trabalho em direção a um ensino de qualidade e inclusivo, é preciso repensar e **ressignificar** a escola dentro do novo contexto social. Dessa forma, a educação inclusiva torna-se um instrumento para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, o que faz urgente identificar as causas que estão favorecendo a exclusão de grande contingente populacional sabendo-se que o princípio da equidade reconhece a diferença e a necessidade de haver condições diferenciadas para o processo educacional, tendo em vista a garantia de uma formação de qualidade para todos (SÁ, 2022, p. 39).

Essa sociedade justa e igualitária mencionada por Sá (2022) só pode ser construída se todos os indivíduos tiverem as mesmas oportunidades. Para isso, espera-se que o ambiente educacional se reestruture para atender a todos, portanto à que se adequar os ambientes, currículos e organização para que atenda aos anseios de uma sociedade que se quer inclusiva.

Para Sassaki (2009):

A inclusão é um processo que contribui para a construção de um novo tipo de sociedade através de transformações nos ambientes físicos, espaços internos e externos, utilização e adaptação de equipamentos, meios de transporte e transformação da mentalidade da sociedade (SASSAKI, 2009, p. 23).

A inclusão escolar desloca a centralidade do processo para a escola, tendo por princípio o direito incondicional à escolarização de todos os alunos nos mesmos espaços educativos, que produz uma inversão de perspectiva no sentido de transformar a escola para receber todos os

educandos com suas diferenças e características individuais (SÁ, 2022).

De forma mais simples e generalizante, segundo Sá (2022), a escola precisa oferecer orientações para facilitar o trabalho em sala de aula como: falar com voz clara, falar de frente para a criança sem andar pela sala e reformular conceitos.

Quanto à reformulação de conceitos, Sá (2022) salienta que o educador deve:

Proporcionar momentos de leitura e interpretação de texto e situações de observação, realizar aulas práticas, utilizar esquemas e ilustrações dramatizar e realizar teatros, realizar avaliação diferenciada, com exercícios práticos e objetivos, oferecer maior tempo para a realização da avaliação e adotar processos contínuos para avaliar o aluno (SÁ, 2022, p. 43).

Dessa forma, a inclusão aparece como um processo, onde devem ser superadas etapas, como a falta de conscientização dos professores. Para Sá (2022), com o trabalho do setor pedagógico cria-se um elo entre escola regular e escola especial, onde as orientações, esclarecimentos e estratégias vem favorecendo todos os professores, alunos e comunidade em geral. A proposição da inclusão é fruto de um objetivo maior, que é o ensino de qualidade para todos independentes de suas limitações, a educação tem hoje como grande desafio ressignificar suas práticas, no propósito de humanizar.

Uma educação especial no contexto da inclusão se presta ao reconhecimento das diferenças ressaltando a necessidade de um atendimento igualitário a todos.

De acordo com Rodrigues (2004):

A educação especial pode ser entendida como uma modalidade transversal de educação escolar que permeia todos os níveis, etapas e modalidades de educação, por meio da realização do atendimento educacional especializado, definido por uma proposta pedagógica que assegure recursos e serviços educacionais, orientando e colaborando com a educação regular comum, em benefício de todos os alunos (RODRIGUES, 2004, p. 17).

Para a autora, a fundamentação filosófica pressupõe que todos os alunos de uma comunidade, independente de suas necessidades educacionais especiais tem o mesmo direito de acesso à escolarização, com o grupo de sua faixa etária e que a escola deva acolher e valorizar as diferenças.

A educação especial converte-se em uma modalidade transversal de educação escolar que permeia todos os níveis, etapas e modalidades de educação, por meio da realização do atendimento educacional especializado, definido por uma proposta pedagógica que assegure recursos e serviços educacionais, orientando e colaborando com a educação regular comum, em benefício de todos os alunos (RODRIGUES, 2004, p. 20).

A expressão “atendimento especializado”, entendido de forma equivocada, como sinônimo de escolarização realizada pelas escolas com classes especiais, alimentou por longo período as práticas educacionais direcionadas a alunos com deficiência, bem como a formação

de professores de educação especial. Esse erro, provocou a existência de um sistema, que impedia a inclusão escolar dos alunos nas escolas de rede regular de ensino.

Na medida em que se foram construindo teorias acerca do processo de inclusão foram surgindo correções para o atendimento especializado.

O atendimento educacional especializado deve ser uma ação dos sistemas de ensino para acolher a diversidade ao longo do processo educativo. Constitui parte diversificada do currículo dos alunos com necessidades educacionais especiais, organizados institucionalmente para apoiar, complementar e suplementar os serviços educacionais comuns (BRASIL, 2006).

Esse atendimento não pode se restringir à inserção de alunos com necessidades especiais na escola regular, mas uma educação realmente de qualidade, que se contente entre outros fatores, a atribuição de novas dimensões da escola no que consiste não somente na aceitação, como também na valorização das diferenças, resgatando os valores culturais e o respeito do aprender e construir, conforme define a Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994):

[...] as crianças e jovens com necessidades educativas especiais devem ter acesso às escolas regulares, que a elas devem se adequar [...] elas constituem os meios mais capazes para combater as atitudes discriminatórias, construindo uma sociedade inclusiva e atingindo a educação para todos (UNESCO, 1994, p. 8-9).

Entretanto, a educação especial que por muito tempo restringiu-se a um ensino paralelo, aos poucos vem redimensionando seu papel, atuando no atendimento direto desse alunado na rede escolar regular. Para Sanchez (2005), cabe ao educador a adaptação de conteúdo e currículo para o atendimento de crianças com necessidades educativas especiais.

O educador é o mediador e responsável pela construção do conhecimento, interação e socialização do aluno com necessidades educacionais especiais, sendo a inclusão considerada uma tentativa de reedificar esse público, analisando desde os casos mais complexos aos mais singelos, pois uma educação de qualidade é direito de todos. Para concretizar os desafios e objetivos da rede educacional, esta se deve direcionar e centrar-se nos quatro pilares básicos da educação aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a viver juntos e aprender a ser (SANCHEZ, 2005, p. 10).

Pesquisas atuais têm mostrado que há uma tendência de professores e alunos de classes regulares em aceitarem a inclusão de crianças com deficiência; todavia, faltam informações sobre elas e suas condições. Dessa forma, buscar o conhecimento acerca da inclusão e das possibilidades de intervenção é o meio do caminho para uma educação realmente de qualidade.

Integrada à proposta pedagógica da escola, a educação especial na perspectiva inclusiva, no que se refere ao Atendimento Educacional Especializado (AEE), afirma o seguinte: ele complementa e/ou suplementa a formação dos alunos; as atividades realizadas no AEE não são “substitutivas à escolarização” – o que, em tese, acaba com o seu paralelismo em relação ao ensino comum; são funções do AEE “identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade”, de acordo com as especificidades dos alunos; ele “disponibiliza programas de enriquecimento curricular, o ensino de linguagens e códigos específicos de comunicação e sinalização, [...] e tecnologia assistiva”; realizar-se-á em turno inverso ao da classe comum (na própria escola ou em centro especializado), constituindo-se em oferta obrigatória dos sistemas de ensino (BRASIL, 2008, p. 15- 16).

## 2.2 INCLUSÃO EDUCACIONAL NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR

Depois da família a escola é o espaço fundamental para o processo de socialização da criança. As aulas de educação física, quando há a intencionalidade docente, podem contribuir para a transformação social. Mantoan (2006) relata que as atividades adaptadas não só colaboram com o desenvolvimento individual dos alunos com deficiência, mas também do grupo como um todo.

O problema da inclusão de crianças com necessidades especiais na educação física é severo e se configura desde sua origem quando esteve ligado às questões políticas vigentes em cada período da história. Bracht (2003 apud FALKENBACH, 2007) explicam que a Educação Física no Brasil esteve voltada para formar indivíduos "fortes" e "saudáveis", fatores indispensáveis no processo de desenvolvimento do país no final do século XIX e início do século XX.

Carmo (2002) diz que existem muitas discussões sobre integração e inclusão de crianças com necessidades especiais na escola regular e, também, nas aulas de educação física. O problema apontado pelo autor se refere tanto à participação dos alunos ditos “normais” quanto aqueles que necessitam de atenção especial.

Há, atualmente, necessidades nas aulas de educação física que precisam ser melhor trabalhadas. O problema exposto por Carmo (2002) tem relação com a escolha dos mais aptos para a atuação neste ou naquele esporte segregando grande número de estudantes.

Para Zacharias (2007) o fato de apresentarem deficiências não deve servir de ponto limitador da construção de habilidades nos alunos. O autor entende que, quando o docente conhece seus alunos, incentiva, e adapta atividades para atender a todos, e além de tudo, busca conhecimentos, auxilia na promoção da inclusão educacional.

Para Diehl (2006) a valorização do autoconceito ajuda os alunos a reagirem emocionalmente de forma positiva frente à discriminação. A autonomia que se espera dos

estudantes é a mesma que se espera dos indivíduos em sociedade. A valorização pelos colegas não ocorre quando ele é “protegido”, mas quando tem autonomia nas suas ações e supera suas limitações. Ele precisa compreender que as limitações fazem parte do ser humano, que ninguém é perfeito e que todos necessitam ser valorizados como parte integrante da sociedade. Para o autor os jogos em educação física devem ser elaborados conforme a necessidade do grupo, as regras podem ser trabalhadas de acordo com as limitações.

Principalmente no ensino fundamental, os jogos não necessitam ser rigoroso quanto às regras, mas devem ser estabelecidas aquelas que auxiliem no desenvolvimento integral dos alunos (DIEHL, 2006).

### 2.3 ATIVIDADE INCLUSIVA EM EDUCAÇÃO FÍSICA: UM PROJETO

De acordo com Alves (2005) a Educação física não pode ser indiferente no movimento que prevê uma sociedade inclusiva. As atividades das aulas não podem ser obstáculos à prática inclusiva de trabalho. Ao se planejar as atividades, o educador deve ter em mente a diversidade de alunos que irão participar de suas aulas e, portanto, conhecer seus alunos antecede ao planejamento.

#### **Tema e Linha de Pesquisa:**

O tema abordado neste projeto de ensino segue a linha de pesquisa docência nas primeiras séries do ensino fundamental – 6º ano – e tem como objeto de ensino o futsal dentro de uma perspectiva da inclusão educacional (ARAÚJO, 1998). Torna-se relevante ao promover o conhecimento/aproximação dos alunos com as dificuldades sofridas pelos deficientes visuais.

#### **Justificativa:**

Este projeto se justifica por entender que através do conhecimento se afasta todo tipo de discriminação. O contato dos alunos com o diferente dentro do ambiente escolar possibilita o exercício da tolerância e da solidariedade, requisitos básicos para o convívio social.

#### **Problematização:**

Como a educação física pode auxiliar no processo de inclusão educacional? Pode o futsal ser instrumento para o exercício da tolerância e do respeito às diferenças?

#### **Objetivos:**

O objetivo geral deste projeto de ensino é desenvolver uma atividade de futsal onde se valorize o contato com a deficiência visual no 6º ano do ensino fundamental. Como objetivos específicos têm-se: a) adaptar atividade na quadra poliesportiva; b) promover o conhecimento dos alunos sobre a deficiência visual; c) desenvolver habilidades que favoreçam o contato com deficientes visuais.

#### **Conteúdos:**

O conteúdo a ser trabalhado é o futsal.

**Desenvolvimento:**

O projeto de ensino se desenvolve da seguinte forma:

- Na sala de aula, o professor apresenta a atividade. Fala sobre o futsal e instiga os alunos com questionamentos sobre como uma pessoa com deficiência visual jogaria com eles o futsal;
- Divide a sala em dois grupos: um com vendas nos olhos e outro sem a venda;
- Explica as regras do jogo, salientando que são os vendados que seguram no antebraço dos colegas sem vendas;
- Dirigem-se para a quadra poliesportiva já adaptada com cones plásticos no lugar das traves e com uma bola com guizos e dá uma volta por ela com os alunos guiando os colegas vendados;
- Durante o jogo, os colegas sem vendas têm que direcionar os colegas vendados;

**Tempo de realização do projeto:**

Embora se deva respeitar o tempo de desenvolvimento da criança, o educador deve ter em mente que, para um trabalho bem elaborado, o “planejar” é o primeiro passo e o tempo previsto para a execução reflete a intencionalidade do processo educacional. Neste projeto de ensino, entendendo ser de apenas duas aulas de educação física por semana, o projeto pode ser desenvolvido da seguinte forma:

- a) 1h/a – Na sala de aula é apresentada a atividade e desenvolvidas as regras do jogo e a intenção do educador;
- b) 1h/a – Na quadra são apresentados os cones, bola com guizo, as vendas e a dimensão da quadra a ser utilizada para a atividade;
- c) 2h/a – Ainda na quadra são divididas as equipes com duplas: um com venda e outra sem para o jogo, propriamente dito;
- d) 1h/a – Na sala de aula é feito um debate sobre a atividade desenvolvida enfocando as principais dificuldades enfrentadas pelos alunos vendados e os sem vendas – que tiveram que ajudar os colegas a se locomover e atingir a bola.

**Recursos humanos e materiais:**

Para a realização deste projeto será necessário:

- a) Lousa e giz;
- b) 4 cones plásticos;
- c) Vendas para metade do número de alunos da sala;
- d) Bola com guizo.

**Avaliação**

Por ser diagnóstica e formativa, a avaliação se dará de acordo com o desenvolvimento passo a passo das atividades dos alunos, culminando no debate realizado após a atividade. Os alunos devem desenvolver habilidades para compreender as dificuldades enfrentadas por pessoas

com deficiência visual e de como se deve auxiliá-las. Essa atividade serve como exercício de cidadania, portanto os resultados esperados devem se refletir na conduta dos alunos, na escola e fora dela.

Desta forma, ao construir esta atividade de futsal que visa a aproximação dos alunos com a diversidade, este trabalho demonstra que o que vale na prática didática é a soma do conhecimento, da prática pedagógica e do compromisso social do educador.

É necessária uma mudança de postura quando o assunto é inclusão educacional. Como indivíduos de direitos, as crianças devem compreender que existem diferenças, mas que a diversidade faz parte do universo humano. Ao apresentar o mundo do deficiente visual aos alunos ditos normais, estes irão se apropriar desse conhecimento e estarão preparados socialmente para uma cidadania responsável (MANTOAN, 2006).

Para Ferreira (2006), o necessitado especial não pode ficar escondido dentro de sua casa ou em instituições especializadas. A atualidade pede uma sociedade inclusiva e a escola é o caminho para o desenvolvimento dessa inclusão por ser o ambiente propício para a socialização, onde as identidades estão se formando e está exercitando a cidadania. A sociedade, segundo o autor, pede uma participação ativa dos cidadãos, de todos os cidadãos.

### **3. CONCLUSÃO**

Através desta pesquisa bibliográfica podem compreender os desafios da inclusão social e que a escola é o ambiente propício ao processo de socialização. A escola, comprometida com as mudanças da contemporaneidade deve estar também comprometida com a transformação de uma sociedade discriminatória e injusta para uma igualitária onde a cidadania atinja seu sentido mais efetivo, que é o conhecimento das diversidades e das diferenças e o respeito a elas.

Pelo plano de aula apresentado, percebe-se a possibilidade para se trabalhar o respeito às diferenças e a valorização da diversidade, própria da espécie humana. É importante lembrar que, nas aulas de Educação Física escolar, o propósito é oportunizar aprendizagens efetivas a todos os alunos e, por este plano, foi possível, além de possibilitar a aprendizagem do futsal, promover a socialização, a solidariedade e competências socio emocionais, como a empatia.

O sentimento de pertencer a um grupo proporciona ao indivíduo experimentar a condição de ter um lugar no mundo. Isso pode parecer simples, mas é extremamente relevante para quem sempre foi excluído de qualquer convívio e possibilidades sociais. A proposta desse projeto serve de ilustração para um trabalho engajado com o fim da discriminação fortalecendo o conhecimento das diferenças e valorizando a diversidade como próprio do ser humano. Incluir significa nesse sentido, promover o confronto que ajuda no crescimento individual do ser humano.

#### 4. REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, Paulo Ferreira. **A Educação Física para Pessoas Portadoras de Deficiências nas Instituições de Campinas**. Campinas: Editora da Unicamp, 1998. 96p.
- BELLONI, M. L. **O que é mídia-educação**. Campinas: Autores Associados, 2001.
- BRACHT, Valter. **O Princípio da Inclusão: um elemento da metodologia das aulas de educação física. Integração: educação física adaptada**. Ano 14, Edição Especial, 2003.
- BRASIL. Conselho Nacional de Educação / Câmara de Ensino Básico. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**, Brasília, DF, 2001.
- BRASIL. Secretaria de Educação Especial do Ministério da Educação (SEEME). **Integração: educação física adaptada**. Ano 14 - Edição Especial/ 2002
- CARMO, Apolônio Abadio do. **Inclusão Escolar e a Educação Física: que movimentos são estes? Integração**. Ano 14. Edição Especial/2002.
- DIEHL, Rosilene Moraes. **Jogando com as Diferenças: jogos para crianças e jovens com deficiência**. São Paulo- SP. Phorte, 2006.
- FALKENBACH, Atos Prinz et al. **A Questão da Integração e da Inclusão nas Aulas de Educação Física** (2007). Lecturas: Educación Física y Deportes, <http://www.efdeportes.com/>. Acesso em 20 de abril de 2023.
- FERREIRA, Windys B. **Inclusão x exclusão no Brasil: reflexões sobre a formação docente dez anos após Salamanca**. In: *Inclusão e Educação: doze olhares sobre a educação inclusiva*. David Rodrigues (org.). São Paulo, 2006.
- MANTOAN, Maria Teresa Égler, **Inclusão é o Privilégio de Conviver com as Diferenças**. *Revista Nova Escola* 03/05/2006.
- MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **O direito de ser, sendo diferente, na escola**. In: *inclusão e Educação: doze olhares sobre a educação inclusiva*. David Rodrigues (org.). São Paulo, 2006.
- MITTLER, Peter. **Da exclusão à inclusão**. In: Peter Mittler. **Educação Inclusiva: contextos sociais**; trad. Windyz Brazão Ferreira. Porto Alegre: Artmed, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.4324/9781315018188>. Acesso em 15 de junho de 2023.
- OLIVEIRA, Betty Antunes de. **Da integração à inclusão, novo paradigma**. 2020. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/10/9/da-integracao-a-inclusao-novo-paradigma> Acesso em 17 de junho de 2023.
- SÁ, T. O. de. Cinco tendências e conselhos de diversidade e inclusão para 2022. *Revista Inclusão Social*. Abril de 2022. p. 109-20. Disponível em: [https://www.bing.com/search?pglt=43&q=inclusão+\(SÁ%2C+2022\).&cvid=6259ae54d7ce452ba40ada442e72aec2&aqs=edge..69i57j69i11004.8842j0j1&FORM=ANNAB1&DAF0=1&PC=NMTS](https://www.bing.com/search?pglt=43&q=inclusão+(SÁ%2C+2022).&cvid=6259ae54d7ce452ba40ada442e72aec2&aqs=edge..69i57j69i11004.8842j0j1&FORM=ANNAB1&DAF0=1&PC=NMTS) Acesso em 17 de junho de 2023.
- SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão: acessibilidade no lazer, trabalho e educação**. *Revista Nacional de Reabilitação (Reação)*, São Paulo, Ano XII, mar./abr. 2009.

**UNESCO. Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais.** Brasília: Corde, 1994.